

Onde, como e quando?
Construindo um padrão de assentamento dos
Sítios arqueológicos na região de Caxias do Sul, RS¹

Rafael Corteletti²

RESUMO: Neste artigo serão lançadas idéias sobre sítios arqueológicos mapeados na região de Caxias do Sul, de Flores da Cunha e de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil. Nesses três municípios do planalto norte gaúcho foi delimitada, a partir de critérios arqueológicos e fisiográficos, uma Zona de Estudos em que aparecem vestígios das Tradições arqueológicas Taquara, Tupiguarani e Umbu, dispersos em 48 assentamentos. No levantamento de campo, foi elencada uma série de variáveis para auxiliar na tarefa de propor uma contextualização da ocupação do planalto. Entre as variáveis fisiográficas e arqueológicas, utilizadas para a elaboração do padrão de assentamento, estão a altitude, a fitogeografia, a área abrangida pelos sítios, os tipos de sítios, a distância deles até a água, o tipo de fontes de água, o número de estruturas de piso rebaixado por sítio, as dimensões de diâmetro e profundidade das estruturas de piso rebaixado, a cronologia obtida a partir da análise radiocarbônica e de termoluminescência, a inserção no modelado do terreno, a orientação solar, os ventos predominantes e o campo de visão. A compilação destes dados de distribuição e implantação arqueológica e a observação de suas características têm por objetivo criar um padrão de assentamento das populações de origem Jê na referida área. Em síntese, a interpretação dos dados obtidos pela pesquisa estabelece que os sítios arqueológicos da Zona de Estudos foram construídos em local alto, com ampla visão da paisagem, buscando uma insolação matinal maior, dentro da mata de araucária e com nascente de água próxima. Os assentamentos normalmente têm poucas e pequenas estruturas de piso rebaixado, resultando em pequenas áreas ocupadas por estes. E, ao que tudo indica, o contingente populacional era maior no outono, época de maior disponibilidade de alimentos. As estruturas subterrâneas foram ocupadas por curtos períodos, gerando assentamentos com séries de reocupações que se estenderam na área em questão, entre os séculos VI e XIV.

PALAVRAS-CHAVE: *Arqueologia Pré-Colonial; Casas Subterrâneas; Padrão de Assentamento.*

¹ Artigo completo da conferência apresentada no do XIV Congresso da SAB e I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Setembro de 2007.

² Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil; (2006-2007).

ABSTRACT: This paper will launch ideas about archaeological sites mapped in the region of Caxias do Sul, Flores da Cunha and São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil. Based on archaeological and physio-geographical criteria an area in which studies show traces of the archaeological traditions Taquara, Tupiguarani and Umbu scattered across 48 settlements, was defined in these three counties of the northern gaúcho plateau. In the field survey, a series of variables were defined to aid in the task of proposing a context of occupation of the plateau. The archaeological and physio-geographic variables used for the preparation of settlement pattern include altitude, phytogeography, the area covered by the sites, the types of sites, their distance to water, the type of water sources, the number of pit houses per site, the dimensions of diameter and depth of the pit houses, the chronology obtained from the analysis of radiocarbon and thermoluminescence, the inclusion in the modeling of terrain, solar orientation, prevailing winds and visibility. The distribution and characteristics of the data is observed, with the intention to create a settlement pattern of Jê populations in the area. In summary, the interpretation of data obtained in the survey indicates that the archaeological sites of the Study Area were built on higher ground, with a broad view of the landscape, seeking greater morning sunshine, in the Araucaria forest and with a water source nearby. The settlements usually consist of small and few pit houses structures, resulting in small areas occupied by them. By all indications, the population was higher in autumn, during a time of greater food availability. The pit houses structures were occupied for short periods, generating a series of settlements with re-occupations which extended the area in question, between the VI and XIV centuries.

KEY-WORDS: *South Brazilian Highlands Archaeology, Pithouses, Settlement pattern.*

Introdução

Neste artigo serão lançadas ideias sobre a Distribuição e a Implantação de 48 dos sítios arqueológicos mapeados na região de Caxias do Sul, de Flores da Cunha e de São Francisco de Paula. Nesses três municípios foi delimitada uma Zona de Estudos, a partir de critérios arqueológicos e fisiográficos, com aproximadamente 840 km², em que vestígios da Tradição Taquara aparecem em 46 assentamentos (sendo que um contém também material cerâmico Tupiguarani e outro material lítico Umbu), além de 02 sítios com vestígios da Tradição Tupiguarani. Nos anos de 1999, 2000 e 2006 o

autor realizou levantamento de campo em que além de registrar 4 novos assentamentos, efetivou a atualização dos dados de 44 sítios que haviam sido catalogados no ano 1966, pelos arqueólogos Luis Fernando La Salvia e Pedro Ignacio Schmitz. A compilação destes dados de distribuição e implantação arqueológica e a observação de suas características têm por objetivo criar um padrão de assentamento das populações de origem Jê na referida área.

A *Distribuição* é entendida como a disposição dos sítios arqueológicos no espaço de maneira horizontal, percebendo seus tipos e a quantidade de vezes que eles ocorrem em determinada paisagem; e a *Implantação* é entendida como o posicionamento dos sítios arqueológicos no espaço de maneira vertical, observando as características gerais da paisagem em que os diversos tipos deles se estabelecem. Os dados numéricos colocados em análise devem ser olhados como vestígios remanescentes de uma sequência de ocupações, desde os primeiros habitantes até os dias de hoje, que intervieram e alteraram por diferentes motivos e em diferentes graus de intensidade a paisagem que cerca os sítios.

Apesar de sabermos que alguns dos dados obtidos podem nos levar a suposições errôneas, sobre o comportamento dos homens e mulheres que construíram e viveram os assentamentos de casas subterrâneas, é deste mostruário de dados a responsabilidade de nos ajudar a criar um cenário de interatividade para tal grupo humano. Sabendo que a interpretação deste banco de dados criará *“regularidades explicáveis mais que explicações propriamente ditas”* (TRIGGER, 1992:31), procuramos deixar mais fidedigna essa análise buscando comparar esse banco de dados com o produzido por conceituadas campanhas de pesquisas realizadas até então.

Ao iniciar este processo de observação dos dados numéricos, obtidos no levantamento de campo, foi elencada uma série de variáveis para auxiliar na tarefa de propor uma contextualização da ocupação do planalto. Os arqueólogos utilizam o termo contexto de diversas formas, mas sempre fica implícito o fato de significar uma

conexão ou entrelaçamento de dados em uma situação concreta. Para obter-se “um contexto” é necessário buscar os conjuntos humano e físico interpretando-os e explicando-os a partir da exaustiva análise de semelhanças e diferenças entre eles (HODDER, 1988:156). As pesquisas realizadas nos últimos anos vêm gerando subsídios para que tal contextualização seja realizada. Porém, para a sua afirmação, são necessárias mais prospecções e escavações que estejam preocupadas em ampliar e consolidar, para estas populações, a definição de um padrão e de um sistema de assentamento em vários níveis de abrangência, intra-sítio e entre sítios.

O estabelecimento do padrão e do sistema de assentamento é um complexo exercício teórico de inter-relações de variáveis ecológicas, espaciais, arqueológicas e etnográficas. O conhecimento e o jogo destas variáveis gerarão uma organização de distribuição e implantação dos sítios como um todo na paisagem. Em linhas gerais, o padrão de assentamento são as relações *“geográficas e fisiográficas de um grupo de sítios de uma determinada ‘cultura’”*, já o sistema de assentamento são as *“relações funcionais entre os sítios inseridos em um determinado padrão”* (WINTERS apud LANATA, 1993:4). Entre as variáveis fisiográficas e arqueológicas, utilizadas para a elaboração do padrão de assentamento na Zona de Estudos, estão a altitude, a fitogeografia, a área abrangida pelos sítios, os tipos de sítios, a distância deles até a água, o tipo de fontes de água, o número de estruturas de piso rebaixado por sítio, as dimensões de diâmetro e profundidade das estruturas de piso rebaixado, a cronologia obtida a partir da análise radiocarbônica e de termoluminescência, a inserção no modelado do terreno, a orientação solar, os ventos predominantes e o campo de visão (FIGURA 01).

Um entendimento mais exato do que é o sistema de assentamento nos faz refletir sobre os sítios de um determinado grupo humano inseridos em uma janela cronológica e um lugar específico onde estariam sujeitos a uma série de características

próprias de distribuição, forma, função e hierarquia que gerariam a compreensão da organização deste grupo ao longo de um ciclo anual. As diferenças de organização espacial estariam sujeitas à variação sazonal de recursos; ao uso dos assentamentos de maneira diferenciada; e à ocupação dos assentamentos por “classes sociais” distintas de um mesmo grupo (FORSBERG *apud* ROGGE, 2003: 44). Portanto, o estabelecimento de um sistema de assentamento, para o grupo aqui estudado, a partir de relações funcionais tão somente entre os sítios arqueológicos da Zona de Estudos proposta para análise, fica prejudicado, pois ela é um recorte do território do grupo em questão e, exatamente por isso, não daria conta da criação de um modelo teórico suficientemente sólido. O território reconhecido dos grupos de origem Jê é composto por três ambientes: o planalto com campo e araucárias, a encosta e os vales florestados e a planície litorânea com lagoas e restingas. Mas mesmo assim há a possibilidade de fazer inferências funcionais a respeito das diferentes categorias de sítios que encontramos nesse recorte territorial – ali aparecem sítios habitação, grutas com sepultamento, sítios superficiais litocerâmicos, e até um sítio numa ilha, que pode ter sido palco de um misto de atividades.

Buscando compreender as comunidades que, em todo o Planalto da Bacia do Paraná, nos vales e nas partes litorâneas, deixaram como principais vestígios arqueológicos as estruturas arquitetônicas subterrâneas, os montículos ou aterros, as grutas com sepultamento e os sítios superficiais com material litocerâmico das tradições Itararé e Taquara, apresentamos algumas características de sua organização social, econômica e territorial. O domínio dos três ambientes lhes daria maiores chances de sobrevivência, já que *“o sistema era altamente vulnerável e a falta de qualquer uma destas áreas poria em risco a sobrevivência da população exigindo importantes reformulações”* (SCHMITZ & BECKER, 1991:88). O fato de existirem sítios de uma mesma tradição arqueológica nos três ambientes, unido ao conhecimento etno-histórico de que os grupos indígenas históricos migravam por eles,

leva os pesquisadores a acreditar que tal rotatividade sazonal em busca de uma complementação alimentar tenha ocorrido também com os grupos pré-históricos (SCHMITZ, 1988:120). Tais grupos indígenas históricos foram através dos anos sendo conhecidos por diversas nomenclaturas, tais como Coroados, Botocudos, Cabeludos, Kaaguás, Gualachos, Guaianás, Bugres, etc. que eram utilizados para definir grupos do tronco Macro-Jê, até que, em 1882, Telêmaco Borba os definiu como Kaingáng para diferenciá-los de outros grupos da região (BECKER, 1988:131).

Essas inferências, apontadas a partir do cruzamento de dados arqueológicos e etnográficos, nos fazem acreditar, definitivamente, que os engenheiros da terra estão relacionados com as populações Kaingáng, pelo menos nos sítios datados para o século XIX, e nos *"demais, por extensão, aos seus antepassados menos e mais remotos"* (SCHMITZ, 2005:189). Tal grupo tinha uma economia baseada na coleta intensiva de sementes, na caça e em cultivos incipientes (SCHMITZ, 2006:17-19). A busca pela compreensão dos moldes econômicos deste grupo indígena sempre foi uma constante no debate científico e várias hipóteses já foram sugeridas ao longo do tempo. Para LA SALVIA (1987:8) este grupo seria caçador-coletor e, depois, já histórico, agricultor incipiente. MENTZ RIBEIRO & RIBEIRO (1985:89) e SCHMITZ & OUTROS (1988:74) sugeriram que eles eram caçadores-coletores com cultivo incipiente. SCHMITZ (1988:121) também fala em organização tribal e, a partir do contato com os Tupiguarani um aperfeiçoamento das técnicas hortícolas – SCHMITZ & OUTROS (1988:74). BEBER (2004:251) caracteriza *"a ocupação do planalto como uma adaptação a um ambiente rico em pinhão, por grupos baseados na organização tribal, especializados na coleta e utilização do pinhão e muito possivelmente complementada com uma horticultura realizada principalmente nas várzeas dos rios."*

Os dados das últimas pesquisas levam SCHMITZ (2006:18) a concluir que *"o índio Kaingang não era um caçador-coletor nômade, como se acredita terem sido os índios da tradição Umbu, os quais*

explorariam os recursos naturais de acordo com as estações, ora num lugar, ora num outro, sem construir aldeias, mas vivendo em acampamentos de ocasião. Também não era um agricultor como o Guarani, que vivia em aldeias estáveis e se alimentava com os produtos de suas roças, complementados com a caça e a pesca nos arredores do assentamento; as casas desses agricultores nativos eram ocupadas durante vários anos e substituídas por outras novas, em área virgem da mata, quando as velhas estavam em mau estado e os recursos dos arredores muito esgotados. O Kaingang ocupava um meio-termo entre o caçador-coletor generalizado e o agricultor semi-sedentário da mata."

Seguindo esta lógica verificamos que na conjugação dos três ambientes já citados há disponibilidade de alimentos de maneira razoável durante o ano todo, ora num ambiente ora no outro, e muitos dos assentamentos do planalto, como veremos, estão posicionados em função da ocorrência da mata de araucária. A mobilidade do grupo inteiro pelos três ambientes é bastante improvável, em função das grandes distâncias a serem percorridas entre litoral e planalto, principalmente se imaginarmos os indivíduos mais novos e os mais idosos em locomoção, além da necessidade, e isso é relatado na etno-história, de manutenção do território em torno dos pinheirais. Para SCHMITZ & BECKER (1991: 87) *"o tempo mais bem abastecido do ano parece ter sido o verão e o outono (...). O tempo menos bem abastecido parece ter sido o inverno e a primavera. (...) Esta situação levaria naturalmente os grupos (...) a se dispersar em pequenas partidas de caça, como faziam os kaingáng do século XIX, deixando as aldeias com um mínimo de pessoas, até que os produtos agrícolas e coleta de pinhões novamente permitissem a convivência de todas as famílias."*

Examinando então a hipótese de que poderia existir uma migração parcial por estas paragens, baseada na ocorrência da cerâmica nos três ambientes e nas migrações dos grupos indígenas históricos, recorreremos a Lewis Binford que estabelece duas conceituações que tentam ligar mobilidade e moradia. *"Uma ele*

chama de 'semi-nômade', aplicada a povos de altitude, possuidores de 'sítios-casa' de verão, habitados em uma sucessão aos tempos frios de um ano. A outra de 'semi-sedentária', para populações com mobilidade conjugada a permanências relativas em 'sítios-casa'. Destes, são feitas 'incursões sazonais' com os acampamentos residenciais se movendo de um lugar a outro." Ele completa "que um alto investimento em 'moradia não-transportável' pode apontar para uma conexão entre uma planejada estadia ou uma localização bem pensada em termos de espaço e paisagem (BINFORD apud REIS (1997:108,109). A idéia de "semi-sedentarismo", a partir de mobilidades realizadas entre "sítios-casa", ou entre estes e os "sítios-acampamento", ou ainda para sítios dos vales e do litoral, pode ser defendida nesta problemática quando verificamos a reocupação, através dos dados cronológicos, de alguns dos sítios já escavados. O que Binford sugere como "localização bem pensada" é, na verdade, a resposta da nossa busca pelo padrão de assentamento destas comunidades e o objeto deste texto.

Estas suposições corroboram a idéia de SCHMITZ & BECKER (1991:87-88) de que "as aldeias teriam pulsações estacionais, como só iria acontecer nos grupos indígenas horticultores. O tempo da fartura (verão e outono) geralmente corresponde a uma convivência festiva, com abundância de rituais, nas aldeias residenciais. O tempo da escassez (inverno e primavera) corresponde a uma convivência familiar nos acampamentos dispersos. (...) Na medida em que os recursos produzidos podiam ser compartilhados por toda a população, quer através da troca entre as aldeias, quer através de migrações individuais, familiares ou plurifamiliares, a sobrevivência do grupo estaria garantida."

A mobilidade entre os três ambientes e manutenção da territorialidade ao que tudo indica foi complicada. Num primeiro momento porque o Tupiguarani estava ocupando os vales e o litoral e em alguns casos subindo o planalto (como provam os sítios RS 129 CXS, RS 131 CXS e RS 38/126 CXS). E depois com a chegada europeia, que primeiramente (no século XVIII) ocupou a várzea do

Jacuí, o litoral sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul e os Campos de Cima da Serra; e posteriormente (no século XIX) povoaram as várzeas dos Rios dos Sinos, Caí e Taquari e as encostas florestadas destes rios e seus afluentes. Com certeza as dificuldades de circulação nos três ambientes e as dificuldades de manutenção dos padrões culturais estão intimamente atreladas ao aumento da densidade demográfica de europeus e descendentes no continente.

1. A Distribuição e a Implantação dos Sítios Arqueológicos

A partir destas palavras iniciais começamos a perceber a distribuição e a implantação dos sítios no espaço não mais de maneira aleatória, mas buscando um entrelaçamento entre eles, apesar de não termos a certeza de uma sincronia entre eles. As pesquisas até o momento produziram uma série de categorias de sítios conforme a época e o “olhar” do pesquisador em ação:

◊ Eurico Miller (1971) define três categorias nas pesquisas nos vales dos rios Uruguai, Pelotas e Antas: 1) Sítios habitações em campo aberto, localizados às margens do alto Rio Pelotas; 2) Cemitérios em abrigos sob rocha, incrustados nos paredões dos rios; e 3) Casas subterrâneas nas áreas dominadas pelos campos e capões.

◊ Pedro Augusto Mentz-Ribeiro e Catharina Torrano Ribeiro (1985) estabelecem para a área de Esmeralda (hoje Pinhal da Serra) cinco categorias de sítios: 1) Sítios de Campo aberto: sítios com material lítico ou lítico e cerâmico localizados em locais planos, altos ou em encostas suaves voltadas para o norte; 2) Casas subterrâneas: com concentrações variando de uma até vinte e uma casas; 3) Locais com estruturas: em áreas altas e planas, com grande visibilidade. Duas têm forma circular e uma é composta de dois círculos e um trapézio colados. Locais cerimoniais ou de defesa; 4) Galerias subterrâneas: formadas

pela erosão pluvial e aproveitadas pelo homem; e 5) Cavernas e Abrigos sob Rocha: que apesar de não terem fornecido vestígios são ao que tudo indica e em função de testemunhos locais, áreas de sepultamento.

◊ Arno Kern, José Otavio De Souza e Fernando Seffner (1989) elencam quatro tipos de sítios para a área de Vacaria e Bom Jesus: 1) Aldeias de habitações subterrâneas e seus territórios, localizadas em topos de platôs e limitados pelos vales escarpados; 2) Sítio – fonte de matéria prima, caracterizado como uma praia de seixos junto à margem esquerda do Rio Pelotas; 3) Sítios – acampamento, caracterizados por conter material lítico e cerâmico, mas sem estruturas subterrâneas, localizados tanto em pequenos platôs como em terraços na encosta do vale; e 4) Casas subterrâneas isoladas e de grande porte, localizadas em topo de platô, mas não na parte mais elevada, tal como os conjuntos de casas.

◊ Pedro Ignácio Schmitz e Ítala Irene Basile Becker (1991) definem três tipos de sítios, já visualizando a ocupação do planalto ao litoral: 1) as aldeias de casas subterrâneas no planalto; 2) as aldeias de choças de palha em terrenos mais baixos e quentes; e 3) outros sítios, que parecem refúgios temporários, como os abrigos rochosos e as galerias subterrâneas.

◊ Marcus Vinicius Beber (2004) sintetiza o debate e apresenta quatro tipos de sítios: 1) Áreas entaipadas, tal como os “Locais com Estruturas” de Mentz-Ribeiro & Ribeiro; 2) Sítios compostos por casas subterrâneas e montículos, situados próximos ao topo das elevações; 3) Sítios litocerâmicos, ou sítios superficiais sem engenharia de terra; e 4) Abrigos com sepultamento.

Na presente pesquisa foram mapeadas apenas três destas categorias da síntese de Beber: os Sítios Superficiais, os Sítios de Casas Subterrâneas e os Sítios Grutas com Sepultamento. A categoria de sítio classificado por MENTZ-RIBEIRO & RIBEIRO (1985: 85-86), no vale do Pelotas, como “Locais com Estruturas” e segundo eles também mapeados em Santa Catarina, Paraná e na Argentina - por ROHR (1971), CHMYZ (1968) e MENGHIN (1956) respectivamente - não foi encontrada nesta porção mais sul do planalto, entre os vales do Caí e Antas. COPÉ, SALDANHA & CABRAL (2002: 130, 131, 132) durante as pesquisas na UHE Barra Grande, em Pinhal da Serra, no sítio RS-PS-21, passaram a chamar essa categoria de vestígio de *“Sítio com Estrutura Circular em Alto Relevo”*. A escavação de uma delas revelou *“aglomerados de concreções avermelhadas e escuras, possuindo no centro muitos fragmentos de ossos pequenos, alguns deles bastante calcinados, além de duas fogueiras, contendo no seu interior também ossos misturados”* e provou uma das suposições lançadas pelos pesquisadores que os antecederam: a de que estas estruturas seriam locais cerimoniais. Copé, Saldanha & Cabral concluem que *“o montículo central certamente foi utilizado para encerrar os restos de fogueiras onde foi realizada a cremação de ossos, ligando a estrutura com uma função funerária”*.

O Mapa revela a distribuição das três categorias de sítios da Tradição Taquara identificados na Zona de Estudos. Nele ainda observamos a ocorrência de sítios da Tradição Tupiguarani e da Tradição Umbu em locais pouco comuns para a sua ocorrência, como o topo dos Patamares da Serra Geral. Os três sítios com vestígios Tupiguarani ficam próximos a afluentes do Rio Caí que tinha suas várzeas ocupadas por essa população (MENTZ-RIBEIRO, 1968:155-156). Um dos sítios, o RS 129 CXS, no alto das vertentes que abastecem o Arroio Pinhal é um sepultamento isolado de uma criança. Outro, o RS 131 CXS, fica próximo à região dos Campos de Cima, na margem direita do Rio Piaí, num dos pontos mais altos da

região. E o terceiro sítio com vestígio Tupiguarani, ao que tudo indica, parece ser uma prova do contato entre a população que dominava o planalto e a população que dominava o vale. O sítio RS 38/126 CXS fica em meio à concentração de sítios de Água Azul, na margem esquerda do Rio Piaí. Nele foram encontrados centenas de fragmentos de cerâmica Tupiguarani e Taquara junto a três casas subterrâneas, e a menos de 200m do sítio 37/127 CXS, que foi ocupado durante pelo menos 700 anos e hoje contém 40 estruturas preservadas. Aliás, na escavação de uma das estruturas de RS 37/127 CXS, foi encontrada uma vasilha Tupiguarani intacta. O sítio com vestígios da Tradição Umbu está postado na margem direita do Rio Piaí, praticamente no divisor de águas para a bacia do Rio Das Antas, numa área bastante semelhante à que, na capela Santo Antônio em Criúva, durante a execução do Projeto São Marcos, foram encontrados vestígios desta tradição (RS-A-66, com duas pontas de projétil). Futuras pesquisas devem aprofundar a compreensão da territorialidade Umbu na região sul do Brasil, em especial nas terras altas. De antemão pode-se dizer que a ocorrência destes sítios, como outros em Nova Petrópolis (RS 311/C22, em que foram encontradas oito pontas de projétil), em Flores da Cunha (RS 111 FOC, em que foram encontradas duas e relatadas outras pontas de projétil), em São Francisco de Paula (onde aparecem nove sítios ligados a caçadores-coletores, um deles, RS-S-308, datado de 735 a 415 AP) e em Taió, Santa Catarina (onde mais de 20 sítios apresentam pontas de projétil), atesta que o grupo caçador-coletor, que tradicionalmente ocupou as terras baixas e as zonas campestres também se aventurou pelas vertentes florestadas e provavelmente pelos campos de altitude.²

² Os dados do sítio RS-A-66 e dos de Taió (SC) foram obtidos a partir de comunicações pessoais com a equipe do IAP; os de São Francisco de Paula foram obtidos em monografia de Mariana Petry Cabral (2000), fornecida pelo Prof. André Jacobus; e os de RS 311/C22 e RS 111 FOC são provenientes de suas FRSA, arquivadas no IAP.

Observando a totalidade dos vestígios percebemos que 36 sítios (74%) em questão apresentam casas subterrâneas, 06 (13%) deles são sítios com sepultamento e 06 (13%) são sítios superficiais. A proporção encontrada somente entre os sítios da Tradição Taquara apresenta os mesmos 36 (78%) com casas subterrâneas, porém o número de sítios com sepultamento cai para 05 (11%) da mesma forma que os sítios superficiais que também ficam em 05 (11%). A diferença é resultado da exclusão dos sítios RS 129 CXS (sepultamento Tupiguarani) e RS 131 CXS (sítio superficial Tupiguarani). O sítio RS 38/126 CXS, em que há cerâmica Tupiguarani associada às casas subterrâneas é compreendido como pertencente a Tradição Taquara, da mesma forma que o “Sítio das Flechas”, em que há vestígios das Tradições Umbu e Taquara.

Comparando estes dados da relação entre tipos de sítios da Tradição Taquara com os de outras pesquisas realizadas, notamos uma diferença entre as proporções. Na Zona de Estudos, 11% dos sítios são superficiais, e se observarmos o mapa da distribuição dos sítios veremos que vastas áreas ficam desprovidas desta ocorrência. A analogia com a área mapeada por Mentz-Ribeiro & Ribeiro, no vale do Rio Pelotas, mostra que os sítios superficiais lá somam 35% do total, enquanto os sítios de casas subterrâneas são 50%. Na área mapeada por Kern, Souza & Seffner, também no vale do Rio Pelotas, encontramos 25% dos sítios como superficiais e 75% como de casas subterrâneas. Quando MILLER (1971: 37-70) mapeou as margens do alto Rio Pelotas, alto Rio Uruguai e alto Rio das Antas em 1969, 91% dos sítios da Tradição Taquara registrados eram superficiais e 6% eram de casas subterrâneas³. Nas prospecções do Projeto Vacaria, realizadas pelo IAP entre 1998 e 2002, não foram identificados sítios superficiais e o registro de sítios com casas subterrâneas chegou a 95% do total. No atual projeto desenvolvido pelo IAP em São

³ O mapeamento de Miller identificou 109 sítios sendo: 15 de fases pré-cerâmicas, alguns com pontas de projétil, na Fase Araponga; 13 da Tradição Tupiguarani; e os demais, somando 80 da Fase Guatambu da Tradição Taquara, subdivididos em sítios superficiais de campo aberto, sítios de casas subterrâneas e abrigos sob rocha.

Marcos, desde 2003, os números se assemelham com os da Zona de Estudos quando 18% dos sítios são superficiais e 68% aparecem com estruturas subterrâneas e/ou semilunares.

Esta constatação pode ter tal característica por três motivos: o primeiro é o de que as prospecções realizadas até então foram insuficientes; o segundo pode estar relacionado ao fato de que a realização das prospecções esbarrou na dificuldade de identificar sítios superficiais em áreas florestadas ou, quando não florestadas, mais densamente povoadas e até utilizadas para a agricultura; e o terceiro é de que tal constatação pode estar ligada à territorialidade das diferentes morfologias da cerâmica da Tradição Taquara. Entre os vales do Rio das Antas e do Rio Caí, na região da Fase Taquara, a proporção entre os sítios superficiais e os com casas subterrâneas é bem menor do que aquela mais ao norte, entre o vale do Rio das Antas e do Pelotas, região da Fase Guatambu, local das pesquisas que geram os dados que estabelecem maior quantidade de superficiais em relação ao todo. Essa hipótese, de características territoriais percebidas através da diferença na morfologia da cerâmica e da diferença de proporção entre tipos de sítios, poderia, quem sabe, explicar a inexistência de estruturas cerimoniais na Zona de Estudos.

É certo que os sítios superficiais, sejam litocerâmicos ou apenas líticos, fazem parte do sistema de assentamento dos construtores das casas subterrâneas e que neles algumas atividades específicas são realizadas. Entender a distribuição dos mesmos no espaço geográfico e as atividades desenvolvidas neste espaço humanizado (de manufatura de instrumentos, de busca por matérias-primas, ou de habitação, ou domésticas, ou de passagem num processo migratório) nos aproximará mais da compreensão do sistema de assentamento destas populações.

O pequeno número de grutas com sepultamento em relação à totalidade de sítios da Tradição Taquara na Zona de Estudos pode revelar a ocorrência de outros métodos para sepultar os mortos, como é suposto para alguns dos inúmeros montículos de RS 37/127

CXS ou como em RS-PS-21, escavado por Copé, Saldanha & Cabral. A ocorrência das grutas com fragmentos ósseos revela a necessária existência de assentamentos (sejam eles superficiais ou de casas subterrâneas) em sua periferia, já o inverso pode não ser plausível. Observando o Mapa percebemos por duas vezes um aglomerado de cinco sítios habitação no entorno de uma gruta com sepultamento: o primeiro aglomerado em Água Azul, numa gruta de um afluente do Arroio Mamangava, que é subafluente do Rio Caí e o segundo aglomerado na Criúva, numa gruta de um afluente do Arroio Pereira, tributário do Rio das Antas. Ele ainda mostra que aparecem grutas isoladas (como RS 124 CXS e RS 67 CXS), o que revela mais a ausência de mapeamento, de prospecção arqueológica do que necessariamente a ausência de sítios habitação. E, finalmente, o Mapa revela uma grande quantidade de sítios de casas subterrâneas sem qualquer gruta com sepultamento pelas proximidades na região de Ana Rech, por exemplo, o que nos leva a pensar em inexistência de mapeamento das grutas ou, o que é mais aceitável, outro tipo de ritual fúnebre para tal grupo.

1.1 O Fator Altitude

A Zona de Estudos, exatamente por se tratar de um “microcosmo”, não consegue dar conta da análise global da importância da altitude como fator determinante na instalação dos assentamentos. Mas mesmo assim podemos estabelecer algumas linhas de raciocínio a partir da amostra de dados que obtivemos. Entendendo a “casa subterrânea” como uma adaptação aos rigores do clima subtropical, ela teoricamente deveria ser mais comum nas maiores altitudes. Mas não é bem assim que a encontramos na Zona de Estudos. Os sítios aqui visualizados encontram-se entre as cotas de 688m (RS 67 CXS) e de 959m (RS 63 SFP) de altitude. Deles, 57% estão entre os 751m e os 850m, o que nos faz acreditar que este seja o intervalo altimétrico preferencial para a instalação dos assentamentos e não simplesmente as maiores cotas.

Para os sítios superficiais foi constatado o predomínio em altitudes menores, já que 49% deles, ou seja, 03 sítios estão entre 701m e 750m. A discrepância está ligada ao sítio RS 131 CXS, da Tradição Tupiguarani, a 890m de altitude. Pensando apenas a distribuição dos sítios superficiais da Tradição Taquara esse posicionamento em cotas mais baixas pula para 60% (os mesmos 03 sítios). Os sítios superficiais aparecem em altitudes menores em maior quantidade por estarem implantados mais próximos dos vales encaixados, que é um dado que pode ajudar a esclarecer o que já foi levantado no item anterior quanto à sua distribuição.

Os sítios grutas com sepultamento estão divididos em dois grupos distintos. Um deles, postado nas menores altitudes, com os sítios RS 67 CXS (688m) e RS 39 CXS (700m), mais próximos das áreas florestadas dos vales. E o outro, implantado em altitudes maiores, em que os sítios RS 79/A-49 (760m), RS 124 CXS (790m) e RS 41 CXS (800m), aparecem bastante próximos das áreas campestres.

Os sítios de estruturas subterrâneas ficam preferencialmente locados nas altitudes de 801m até 850m, onde estão 45% deles. Nesse intervalo de altitude foram registradas 119 estruturas de piso rebaixado, o que corresponde a 63% do total delas. Essa predominância de sítios e de estruturas revela uma preferência em construir assentamentos nessa cota altimétrica. A média de 7,43 estruturas construídas por sítio nos coloca frente ao problema de definir se sítios com muitas estruturas no espaço revelam assentamentos com muitas estruturas ocupadas simultaneamente ou demonstram que existiram muitas reocupações nesses locais preferenciais. Mas, o fato é que, apenas escavações criteriosas podem nos ajudar a responder essa indagação.

José Alberione dos Reis, quando sintetiza os dados de altitudes dos sítios pesquisados na Região Sul assinala uma média de 8,73 estruturas por sítio na faixa entre 900 e 998m, salientando que esta tem a maior concentração (REIS, 1997: 115-119), diferente da Zona de Estudos que concentra apenas 2 estruturas por sítio em

média nesta faixa. A compilação de Reis ainda revela a "*faixa de altitude entre 800 e 899 metros com 568 buracos, identificados em 122 sítios*", que traduz uma média de 4,66 estruturas por sítio, dado este bem diferente do encontrado na Zona de Estudos quando temos 23 sítios com 144 estruturas, proporcionando uma média de 6,26 estruturas por sítio.

Na Microrregião Vila Seca (umas das subdivisões da Zona de Estudos), particularmente, está o conjunto de sítios com implantação nas maiores altitudes, onde 04 de 07 ficam entre os 940m e os 1000m de altitude, correspondendo a 11% da totalidade de sítios e 4% da totalidade de estruturas. E posto isto nos colocamos diante da indagação de que ali percebemos sítios com menor quantidade de estruturas, ou assentamentos que não foram tantas vezes reocupados?

No entorno da cota preferencial de 801 a 850m, percebemos tanto na cota imediatamente abaixo como na imediatamente acima a mesma quantidade de sítios. Porém, a quantidade de estruturas é diferenciada: entre 751e 800m são 7 sítios (19%) e 33 estruturas (17%), já entre 851 e 900m são 7 sítios (19%) e 25 estruturas (13%), o que nos faz pensar que as áreas entre este vão de 150m de amplitude altimétrica são, de fato, as mais requisitadas para instalação dos assentamentos.

Claro que esses dados refletem a realidade de uma pequena zona de análise e podem ser encontradas contradições na medida em que analisamos a totalidade dos sítios distribuídos por toda a zona de abrangência das tradições que deixaram estes vestígios. Quando BEBER (2004: 199) fez o levantamento de dados das Tradições Taquara/Itararé para a Região Sul encontrou 50,23% deles entre as cotas de 901 e 1000m, enquanto que aqui na Zona de Estudos apenas 14% dos sítios estão nesta faixa. Beber constatou, também, que entre 801e 900m aparecem 29,03% dos sítios, enquanto que aqui estão 76% deles. Entre 701 e 800m, para toda a Região Sul aparecem 5,07% dos sítios e aqui eles somam 19%. A Zona de Estudos, em particular, está inserida numa restrita área e

com cotas altimétricas menores em relação ao todo da Serra Geral e, portanto, estas diferenças de proporção das quantidades de sítios indicam mais uma diferença morfológica do relevo do que necessariamente variantes culturais de ocupação. As respostas para as indagações anteriormente levantadas passam pela compreensão de como foi ocupado o Planalto. De fato temos uma coletânea de dados bastante grande, mas talvez eles ainda sejam insuficientes para dar um veredicto para estas questões. Tentaremos, na medida do possível, nas análises da implantação destes assentamentos criar um cenário razoavelmente compreensível para nos aproximarmos o máximo que pudermos deste modelo de ocupação.

1.2 O Fator Água

O fator água pode ser observado de dois ângulos. O primeiro é a distância média encontrada desde os assentamentos até a fonte d'água mais próxima. O segundo é o tipo de fonte de água utilizada. Percebemos que a maioria dos sítios (77%) está a menos de 150m da fonte mais próxima, o que revela este como outro fator de locação. REIS (1997: 71-73) assinala 228 sítios mapeados para a Região Sul (até 1991), e nos apresenta dados gerais dos 36 que até então, passaram por intervenção arqueológica. A partir destes 36 sítios, BEBER (2004: 200) assinala que a média de distância dos assentamentos até a fonte de água mais próxima é de 215,65m. Este dado deve ser levado em consideração com cuidado, já que, da compilação de Reis até hoje o número de sítios registrados aumentou consideravelmente e porque alguns dos dados verificados na compilação infelizmente não conferem com a realidade visualizada nas recentes prospecções na Zona de Estudos. Um exemplo é o sítio RS 37/127 CXS, que aparece assinalado com uma distância de 100m da fonte de água, porém verificamos que esta distância é muito menor, não ultrapassando 20m. Podemos dizer inclusive que as fontes de água, já que são pelo menos duas que abastecem este assentamento, estão em seu interior e não a determinada distância dele. Mas sem entrar em pormenores sobre

os métodos de coleta de dados que foram outrora utilizados, comparamos a média de 215,65m para a Região Sul com a média da Zona de Estudos que é de 109,42m e notamos aqui uma proximidade muito maior da água na totalidade dos sítios.

Ao pensarmos o tipo de fonte de água utilizada verificamos que 51% dos sítios podem fazer uso da água de nascentes, já que estas são as fontes mais próximas. Situação peculiar é a dos que ficam próximos a banhados, somando 31% da totalidade. Além destes, 10% dos sítios situam-se próximos de córregos e 8% deles junto a algum rio. Se analisarmos apenas os sítios de “casas subterrâneas”, que são assentamentos de moradia, percebemos que o uso de nascentes sobe para 60% e o de banhados para 34%, estando apenas os sítios RS 34/125 CXS próximo a um córrego e RS 74 CXS, numa ilha do Arroio Mulada, a utilizar outros tipos de fonte.

1.3 O Fator Ambiente

Falar do ambiente de implantação dos sítios é uma tarefa árdua, já que muito da paisagem não representa a configuração em que os sítios foram instalados por seus idealizadores. Na Zona de Estudos nos deparamos com uma forte alteração na paisagem nas quatro Microrregiões: em Ana Rech a construção da cidade é o principal fator de mudança; em Santa Lúcia, Vila Seca e Criúva um misto de desmatamento, agricultura, queimadas no campo e silvicultura alteram a paisagem. Isso tudo sem citar as próprias alterações que a paisagem tem naturalmente, como a expansão das florestas, como o surgimento de áreas alagadiças, como os processos de escorregamento das encostas, de erosão pluvial e fluvial, entre outras.

Após a tentativa infrutífera de tentar inserir os sítios que estão em ambiente alterado em categorias naturais de ambiente, definiu-se dois tipos de ambiente: antropizado e não-antropizado. O ambiente não-antropizado corresponde às categorias de Mata e Campo, onde encontramos 24 sítios. O ambiente antropizado corresponde às categorias de Campo e/ou Mata antropizados (áreas

comprovadamente desmatadas e áreas de silvicultura), Lavoura e a Zona Urbana (com crescimento residencial e/ou industrial), onde também verificamos 24 sítios.

Desta forma, encontramos atualmente na Zona de Estudos, o ambiente não-antropizado de Mata, com 19 sítios, isto é, 39% e 98 estruturas, ou seja, 51% das ocorrências; o ambiente não antropizado de Campo, com 5 sítios ou 10% do total e 19 estruturas, isto é, 10% delas; o ambiente antropizado de Campo e/ou Mata Antropizados, que somam 6 sítios, equivalente a 13% dos registros e 32 estruturas, ou 17% delas; o ambiente antropizado de Lavoura, no qual encontramos 10 sítios, ou seja, 21% deles e 22 estruturas, que significa 12% dos registros; e o ambiente antropizado de Zona Urbana que soma 8 sítios, isto é 17% do total e 19 estruturas, ou seja, 10% das ocorrências. Considerando apenas os 24 sítios em ambiente não-antropizado verificamos que 79% deles estão na Mata e 21% deles em Campo. Pensando a distribuição das estruturas verificamos 84% delas na Mata e 16% no Campo. Independente das mudanças ocorridas após o estabelecimento do colono português ou italiano é nítida a preferência pela instalação de sítios e estruturas nas áreas cobertas por floresta. Se arbitrariamente inferirmos que as áreas antropizadas (de campo, mata, lavoura ou urbana) foram por ventura cobertas por floresta (apesar de ser difícil provar, tudo indica, em grande parte, que sim), poderemos falar em praticamente 90% dos sítios e das estruturas neste ambiente.

LA SALVIA (1968: 105) já apontava pela preferência de instalação do grupo em áreas deste tipo afirmando que "*todos os aglomerados visitados localizam-se dentro de capões de mata, próximos ao campo, ou, às vezes, em campo limpo, demonstrando que esta fase é tipicamente campestre*". No estudo de MENTZ-RIBEIRO & RIBEIRO (1985: 89) para o município de Esmeralda (atual Pinhal da Serra), 70% das estruturas estão na floresta, apesar de não existir, segundo os autores, diferença entre cerâmica, lítico, disposição e tamanho das casas subterrâneas de campo ou floresta.

KERN, SOUZA & SEFFNER (1989: 123) quando do salvamento arqueológico nos municípios de Vacaria e Bom Jesus na zona de alagamento da barragem da Hidrelétrica de Barra Grande também constataram que *"estas casas se instalam geralmente no interior da floresta subtropical com pinheiros Araucária. Na zona pesquisada, na margem esquerda do vale do Rio Pelotas, as habitações estão sempre estabelecidas em meio à mata mais rala do topo dos platôs, procurando sempre os lugares planos ou levemente inclinados das partes mais altas."* SCHMITZ & BECKER (1991: 83) também contribuem afirmando que *"em geral ela (a estrutura subterrânea) está dentro do mato aberto de pinheiros porque aí não é fortemente atingida pelo vento, as chuvas e talvez o sol."* As conclusões do Projeto Vacaria nos levam pelo mesmo caminho já que *"os sítios estão localizados nos divisores de água, em relevo dissecado, em matas mistas em que havia muitos pinheiros. Nos campos ondulados eles são muito raros, aparecendo uns poucos, provavelmente em antigos capões de mato."* (SCHMITZ & OUTROS, 2002: 98)

Além desta análise da cobertura não-antropizada e antropizada da superfície podemos perceber também a morfologia da superfície em que os sítios estão inseridos e estabelecer algumas características quanto à escolha de determinados locais para a implantação do assentamento. Como a Zona de Estudos é particularmente caracterizada por um relevo de morros (maiores e mais ondulados quando próximo dos grandes rios e menos ondulados quando próximo dos interflúvios) optou-se por configurar cinco tipos básicos de inserção dos sítios neles. Os sítios ou a maior parte das estruturas de um determinado sítio, podem estar no topo, ou na alta encosta, ou na média encosta, ou na baixa encosta, ou no sopé, ou ainda em todas estas unidades morfológicas. Segundo GUERRA (1978: 148) Encosta são *"declives nos flancos de um morro, de uma colina ou uma serra"*; Topo é a dita *"parte mais elevada de um morro ou de uma elevação"* (GUERRA, 1978: 416); e Sopé é a *"base de um abrupto ou de uma*

elevação do terreno” (GUERRA, 1978: 401). Para efeito de precisão optou-se por subdividir a encosta em alta, média e baixa observando a posição do sítio ou da maior parte das estruturas de um sítio nestas porções. Este quadro possibilita, também, a análise de outras variáveis como inclinação da vertente, orientação solar, ventos predominantes, modelos de estrutura subterrânea e campo de visão. Sendo assim, encontramos 23% dos sítios no topo, 35% deles na alta encosta, 10% na meia encosta, 21% na baixa encosta, 8% deles no sopé e 3% ocupando do sopé ao topo das colinas. Cabe frisar que aparecem sítios de estruturas subterrâneas, superficiais, ou grutas em praticamente todos estes compartimentos morfológicos. Não há como estipular, a princípio, uma ligação entre tipo de sítio e posição dele nestas unidades morfológicas. Chamamos a atenção para o fato de que a maioria busca as porções mais altas no terreno, com 58% deles entre a alta encosta e o topo, com o claro objetivo de aproveitar a oportunidade de ter um amplo campo de visão a partir do assentamento. Mas, mesmo assim, sítios em média encosta também oferecem excelentes condições de visibilidade (como RS 33 SFP, por exemplo), o que nos leva a crer que o campo de visão seja uma opção mais decisiva de escolha do lugar para o assentamento do que propriamente a posição dele na colina.

Seguindo nessa linha verificamos que, aproximadamente, 64% dos sítios aparecem em locais de privilegiada visibilidade, muitas vezes com campo de visão de 360° por alguns quilômetros. A ampla visibilidade é relatada por MABILDE (1988: 144), que acrescenta que os Coroados viviam nos pinheirais e subiam na araucária mais alta dos arredores para expandir ainda mais seu campo de visão. Os sítios que aparecem em locais de pequena visibilidade somam aproximadamente 18% e entre eles, apenas dois são caracterizados pela existência de estruturas subterrâneas: um é o, já comentado RS 74 CXS, que surge em uma ilha no vale do Arroio Mulada, cercado por morros; o outro com pequeno campo de visão é o “Sítio das Flechas”, que além de ter vestígios de duas estruturas

semilunares na meia encosta da colina que o forma, contém no sopé desta vertente o local de onde saiu o acervo da coleção de pontas de projétil e outros utensílios líticos da Tradição Umbu. Os demais sítios com pouca visibilidade são todos Grutas com Sepultamento, postadas no curso de arroios, cercados por mata ciliar, e em alguns casos com vales já bem profundos, como em RS 67 CXS, ou em RS 39 CXS.

Ao pensarmos a construção dos assentamentos obedecendo a orientação solar encontramos 43% deles voltados para o Norte, 22% voltados para o Sul, 27% voltados para o Leste e 8% voltados para o Oeste. Em função dos raios solares ao Sul do Trópico de Capricórnio serem bastante inclinados o ano todo, e principalmente nos meses mais frios, sempre foi aventada a possibilidade da posição dos assentamentos coincidir com este referencial. Não podemos estabelecer uma regra para situação dos sítios baseada somente nesta variável, mas ela indica uma preferência bastante grande pela construção em vertentes com maior insolação, como a Norte e a Leste. A direção do vento circundante na Zona de Estudos é bastante cambiável com uma predominância média de 15% a 20% dele variando de Norte-Nordeste a Norte (CAMARGO & SCHUBERT, 2002). Esse vento na origem (Massa Tropical Atlântica) é quente e úmido, mas vai resfriando na medida em que viaja para o sul e para as terras altas do Planalto. O resfriamento provoca muitas precipitações de caráter orogênico, que ocorrem durante todo o ano. O choque dessa massa de ar predominante com outras provenientes do Sul (em torno de 5%) provoca precipitações do tipo frontal, muito comuns no outono, inverno e primavera. As tempestades eletromagnéticas, das quais MABILDE (1988: 170) comenta o temor dos Coroados, ocorrem tanto em precipitações do tipo orogênico, como no frontal, tudo dependendo da intensidade destas massas. Atrélendo isto ao conhecimento de que grande porção dos assentamentos busca as vertentes Norte (43%) e Leste (27%) para sua implantação, podemos sugerir que por muitas vezes os sítios estão colocados em locais desprotegidos dos ventos

predominantes, o que reforçaria a necessidade de introduzi-los na mata, para que as intempéries não os castigassem tanto.

1.4 O Fator Área e a Quantidade de Estruturas por Sítio

Para efeitos de análise considerou-se como “área do assentamento” o espaço abrangido pelos vestígios (sejam eles, vestígios da cultura material, no caso de sítios superficiais e/ou grutas com sepultamento, ou sejam eles arquitetônicos, no caso dos sítios de estruturas), agregados a pelo menos um ponto de coleta de água. O número de estruturas por sítios foi convencionado como uma combinação da quantidade de estruturas mapeadas quando do registro com os dados que foram recentemente colhidos. Um exemplo é o sítio RS 37/127 CXS, que sempre foi conhecido pelas publicações como sendo um assentamento com 36 estruturas. No recente mapeamento identificamos 40 estruturas *in loco* além de outras três que foram destruídas. Para este sítio, então, o número total de estruturas, entre “novas, intactas e destruídas” é de 43.

Ao verificar a predominância das áreas que os assentamentos ocupam acabamos por encontrar a predominância de número de estruturas por sítio. É perceptível, na Zona de Estudos, a maioria de sítios com área de até 1000m². Eles somam 45% da totalidade. Essa presença está intimamente ligada à quantidade de estruturas por sítio, já que, 22 sítios têm até 03 estruturas, o que corresponde a 59% do total dos sítios. Como há grande quantidade de sítios com poucas estruturas a área ocupada também é pequena. Na compilação de BEBER (2004: 200-201) os sítios com apenas uma estrutura identificada somam 23,31%; aqui eles somam 21%. Com duas estruturas Beber registra 28,22%, enquanto que aqui eles somam 19%. Com três estruturas Beber assinala mais 15,95%, já na Zona de Estudos a proporção continua em 19%. Ao todo para a Região Sul a proporção é de 67,49% para sítios com até três estruturas, enquanto que para a Zona de Estudos ela é de 59%. Seguindo a linha de raciocínio de Beber, na Região Sul 23,31% dos

sítios tem entre 4 e 10 estruturas, já na Zona de Estudos essa parcela soma 26%; e para a Região Sul assentamentos com mais de 9 estruturas somam 9,20%, enquanto que aqui eles são 15% das ocorrências.

A comparação destes dados de quantidades de estruturas por sítio revela que há uma preferência bastante clara em construir assentamentos de poucas unidades de estruturas, e que os dados da Zona de Estudos encaixam perfeitamente, com algumas ressalvas, no padrão estipulado para a Região Sul.

1.5 O Fator Dimensão das Estruturas

Tentando entender a preferência arquitetônica do grupo em questão, passamos a elaborar uma síntese do tamanho de estruturas encontrado. O uso dos dados de diâmetro e profundidade, de fato, não revela o momento da construção e ocupação da estrutura, já que há um processo deposicional de sedimentos e de erosão das paredes posterior ao abandono da mesma. Mesmo sabendo disto criamos um esboço de como era o tipo básico de “residência”. Para que esse item de análise fosse mais global, foram utilizados, para as estruturas que atualmente estão destruídas, os dados obtidos por La Salvia e por Schmitz quando de seus mapeamentos na década de 60.

A observação da variável profundidade revela a predominância de estruturas rasas em detrimento da totalidade. São 44% das estruturas com menos de 0,50m de profundidade e 27% entre 0,51m e 1,00m. Apenas 15% do total têm mais de 2,00m de profundidade. De certa forma, esse dado faz cair por terra a visão romântica de que as “casas subterrâneas” eram grandes “covas” com escadarias, esteios e todo um aparato de construção. Na verdade as pesquisas que lançaram essas bases – e a escavação no sítio RS 37/127 CXS é vital nesse processo – optaram por realizar escavações nas estruturas que mais chamavam a atenção, exatamente as de maiores profundidades. Há pouco tempo verifica-se uma preocupação em analisar as estruturas mais rasas que,

apesar de não criar um efeito visual de vulto, aparentam ser a maioria em outras zonas de pesquisa também. A compilação de BEBER (2004: 206) revela 69,48% das estruturas com até 1,00m de profundidade, o que mostra uma sintonia com a Zona de Estudos, já que por aqui 71% delas têm estas profundidades.

Mas devemos ter cuidados ao analisar este dado, como assinalou BEBER (2004: 205) *"com relação a profundidade, este é um dos indicadores mais problemáticos dentre todos apresentados. A profundidade indicada nos trabalhos refere-se à observada na época das pesquisas, a partir da observação direta e raras vezes embasada em uma sondagem ou prospecção que determine a real profundidade da casa. Essas depressões têm sido sistematicamente entulhadas pelos moradores – em função do incômodo que representam para a agricultura e a pecuária –, ou mesmo por outros processos pós-deposicionais como a erosão."* BEBER (2004: 206-207) continua, *"nos casos em que foram escavadas, a espessura média observada das camadas arqueológicas fica em torno de 1m. O entulho posterior varia em função das condições de conservação do sítio e do uso do solo. Se foi destinado à agricultura, a camada de entulho pode atingir espessuras da ordem de 50cm, como na casa 12 do sítio RS-A-29 (em Vacaria), no qual foram achados os restos de uma vaca e de um bezerro enterrados pelo proprietário, que aproveitou a depressão. O entulho ainda varia em função de estratégias adotadas no momento de arar o solo: segundo o mesmo proprietário, deixa-se a última volta do arado jogar a terra para o interior da casa."*

De maneira geral ao observarmos unicamente o dado diâmetro verificamos que 71 estruturas, ou seja, 41% delas foram construídas com uma dimensão variando entre 2,51m e 4,50m. A variação, é verdade, é bastante grande. Da menor com menos de 1,00m até as maiores, perto de 13,00 visualizamos uma grande diversidade de tamanhos. Essa diversidade de tamanhos pode estar atrelada a diversidade de função que estas estruturas poderiam ter além de serem moradias. É muito difícil acreditar que uma estrutura

que tenha menos de 2,00m de diâmetro pudesse servir como moradia, por isso precisamos estabelecer linhas de pensamento para este grupo de estruturas, que na Zona de Estudo somam 8%. BEBER (2004:203), ao compilar os dados de diâmetro para as estruturas da Região Sul, as subdivide em três grupos: as pequenas, até 5,00m, com 66% das ocorrências; as médias, entre 5,1 e 10,00m, com 28% delas; e as grandes, com mais de 10,00 somando 6% da totalidade. Da mesma forma que os dados relativos à profundidade notamos uma sintonia fina da Zona de Estudos com o todo, já que por aqui verificamos 63% delas com até 5,00m; 33% entre 5,01 e 10,00m; e 4% com mais de 10,01m.

Ao observarmos como as profundidades e os diâmetros se inter-relacionam percebemos uma grande presença de estruturas com diâmetros entre 2,51m e 4,00m com profundidade máxima de 1,00m. Nos diâmetros referidos (de 2,51m até 4,00m) estão 51 estruturas, isto é, 32% da totalidade, com 75% destas apresentando profundidade inferior a 0,50m e 25% com profundidade entre 0,51m e 1,00m. Essa constatação nos permite dizer que o padrão é de construção de estruturas pequenas e, principalmente, rasas. As estruturas de grandes dimensões são pouco numerosas no todo da Zona de Estudos: são 18 estruturas, ou seja, 11% com mais de 9,00m de diâmetro. Observando a relação desta faixa de diâmetro com as profundidades é constatado que não necessariamente as estruturas de maior diâmetro são as mais profundas. Dez das dezoito estruturas que têm mais de 9,00m de diâmetro contemplam profundidades entre 1,01m e 2,00m, o que corresponde a 56% deste subgrupo (3 delas - 17% - entre 1,01 e 1,50m, e 7 delas - 39% - entre 1,51m e 2,00m).

1.6 O Fator Cronologia

As datas obtidas nas sondagens e escavações dos trabalhos pioneiros na Zona de Estudos (SCHMITZ, 1969:164-166), aliadas às obtidas ao longo da história das pesquisas da Tradição Taquara no Rio Grande do Sul (BROCHADO & OUTROS, 1968; COPÉ, SALDANHA

& CABRAL, 2002; MENTZ RIBEIRO, 1974; MENTZ RIBEIRO, 1980; MENTZ RIBEIRO & RIBEIRO, 1985; ROGGE & OUTROS, 2003; SCHMITZ, 1988; SCHMITZ & BROCHADO, 1972; SCHMITZ & OUTROS, 2002), passam agora a ser vistas juntas para buscarmos uma compreensão da duração da ocupação nestas terras do planalto gaúcho.

Antes de tudo foi preciso calibrar as datações obtidas para que conseguíssemos uma maior fidelidade de dados. O resultado da calibragem revelou que a ocupação inicia em fins do século V e início do século VI prolongando-se ininterruptamente até o século XIX. Dos 23 sítios datados no Rio Grande do Sul dois fogem a esse padrão. Um é RS-AN-3, no município de Bom Jesus, datado em 2180 ± 40 AP, por Copé, Saldanha & Cabral. O sítio apresenta ainda outras três datas: 1000 ± 40 AP, 550 ± 40 AP e 370 ± 50 AP. O outro sítio é RS-P-12, também em Bom Jesus, escavado por Miller, em que a data nos leva para 1735 ± 85 AP (cal). Afora estes dois registros todos os outros vão aparecendo em intervalos de tempo pequenos entre si a partir de 1453 ± 90 AP (cal), para RS 40 CXS em Caxias do Sul, até 30 ± 50 AP para RS-A-27 em Vacaria.

A concomitância de ocupação da Tradição Taquara entre Bom Jesus e Caxias do Sul começa em meados do século VI, quando RS 40 CXS e RS-A-2 estão sendo ocupados. Em meados do século VII, aparece o primeiro registro de RS 37/127 CXS, que é acompanhado por RS-A-2 até o início do século XII. Nesse ínterim, há registros de fins do século VII para Sapiranga (RS-S-282); de meados do século VIII, para Passo Fundo (RS-PF-01); de meados do século IX para Taquara (RS-S-61); do princípio do século XI para o início da ocupação de Vacaria (RS-A-27); de meados do século XI para outro sítio em Bom Jesus (RS-AN-3); e de início do século XII da ocupação de Santa Cruz do Sul (RS-RP-164b). Nesse momento, o século XI, inicia a concomitância de ocupação entre Vacaria e Caxias do Sul, nos sítios RS 37/127 CXS e RS-A-27 permanecendo estável até o século XIV, aí já com os sítios RS 37/127 CXS, RS 68/120 CXS, RS-A-27 e RS-A-29 sendo ocupados, além dos registros de ocupação

obtidos para RS-P-27 (Bom Jesus), RS-VZ-43 (Tenente Portela), RS-C-14 (São Sebastião do Caí) e RS-A-8 (São José dos Ausentes), quando os registros de Caxias do Sul acabam. Os registros de Vacaria se estendem até meados do século XIX e com eles aparecem os dados de sítios dos municípios de Esmeralda (RS-PE-28a, RS-PE-26a, RS-PE-10a e RS-PE-10b), de São Sebastião do Caí (RS-C-12), de Porto Lucena (RS-VZ-25) e de Tenente Portela (RS-VZ-44).

Tais dados nos possibilitam estabelecer que a porção gaúcha do Planalto da Bacia do Paraná foi constantemente ocupada e, em especial na sua porção oriental os sítios RS-A-2, RS 37/127 CXS, RS-A-27, RS-AN-3, RS-A-29, RS-PE-28a e RS-PE-10a foram comprovadamente reocupados continuamente durante uma determinada janela temporal (FIGURA 02).

2. O Padrão de Assentamento

A partir do entrelaçamento de todos estes dados, da busca por semelhanças e diferenças e das comparações com outras pesquisas pudemos observar a distribuição e implantação dos 48 sítios arqueológicos da Zona de Estudos e extrair deles as informações necessárias para estabelecermos o padrão de assentamento correspondente.

A altitude preferencial para instalação dos assentamentos dos engenheiros da terra gira entre 751m e 850m, na qual identificamos 27 sítios, ou seja, 57% deles. Estes assentamentos eram construídos preferencialmente em locais que possibilitassem uma ampla visão da paisagem, já que 64% deles conseguem observar os 360° do horizonte por alguns quilômetros. Para tanto, normalmente buscavam as porções mais altas das colinas e morros, onde estão 58% dos sítios (entre topo e alta encosta). Escolhiam também, na maior parte das vezes as vertentes Norte (43%) e Leste (27%) como local para implantação dos assentamentos, buscando quem sabe uma maior insolação ao longo da estação de colheita do pinhão. Observando apenas os sítios que estão em ambiente não-

antropizado, percebemos 79% deles instalados dentro de áreas florestadas, onde também estão 84% das estruturas de piso rebaixado. Levando em consideração o intenso desmatamento que a região sofreu, podemos sugerir que aproximadamente 90% dos sítios e das estruturas estavam em ambiente arbóreo na sua origem. Os engenheiros da terra caminhavam pouco para buscar água, em média 109,42m. E usavam preferencialmente água de nascentes (51%) e possivelmente de banhados (31%). Nesses locais preferenciais encontramos três tipos de sítio da Tradição Taquara: as grutas com sepultamento (11%), os sítios superficiais litocerâmicos (11%) e os sítios de estruturas subterrâneas (78%). O número de estruturas que cada sítio tem é bastante variável, mas a maioria é composta de até três estruturas (59%). A essa quantidade de estruturas atrelamos a área padrão aferida para os assentamentos que é de até 1000m², para 45% dos registros. As estruturas são construídas em diversos tamanhos e formas, e apesar da dificuldade de considerarmos como exatos os dados dimensionais de muitas das estruturas, em função dos processos de degradação a que elas foram expostas, inferimos que estruturas de pouca profundidade e de diâmetros entre 2,51 e 4,00 são mais corriqueiras (somando 32 do total, onde 75% têm menos de 0,50m de profundidade). Os assentamentos com estas características começam a ser registrados, na Zona de Estudos, desde meados do Século VI, num sítio relativamente isolado, o RS 40 CXS, na Microrregião Vila Seca. Mais dados cronológicos atestam que a área de Água Azul, na Microrregião Santa Lúcia, começa a ser ocupada em meados do Século VII, no sítio RS 37/127 CXS, e mantém uma constância de ocupação até pelo menos o início do século XIV, quando já aparece, mais ao Norte na Microrregião Ana Rech, praticamente contemporâneo, um registro de ocupação no sítio RS 68/120 CXS.

A constância de ocupação do sítio RS 37/127 CXS revela que este local tem fatores de atração significativos para este grupo humano. As reocupações presenciadas numa das estruturas e num

dos montículos escavados é mais um indicio disto, isso sem considerar o fato de que o sítio tem 43 estruturas mapeadas (com 03 destruídas), e que bastante próximo dele aparecem outros quatro sítios com mais 27 estruturas registradas. Um deles com cerâmica Tupiguarani associada às estruturas subterrâneas, demonstrando que esta pode ser, realmente, uma área de referência para o grupo que a domina. Pensando mais além, no porque de estar tantas vezes e durante tanto tempo neste lugar, aventamos a possibilidade de este ser um local de conjugação de variáveis que facilitariam a manutenção da vida. A área está praticamente na borda do Planalto, no limite entre a zona de campos, mais ao Norte e Nordeste, e a zona de florestas, mais ao Sul, ocupando os vales dos arroios e rios afluentes do Rio Caí. Uma zona de limites: entre vales encaixados e planalto; entre floresta e campo. A disponibilidade de alimentos nessa área provavelmente era bastante grande, exatamente pela variedade de paisagens. A coleta do pinhão em imensos capões de araucária, as frutas da floresta decidual nas encostas e da floresta mista no topo do planalto; a caça realizada em capões, ou nas matas de galeria, ou no campo, e as roças dentro da mata ou nas pequenas várzeas poderiam ser realizadas ali com facilidades maiores que a de outros locais. Além disso, é uma zona limítrofe entre povos diferentes, já que, para quem sobe o planalto (via Caí – Piaí – Nicolao, ou via Caí – Piaí – Mamangava, ou ainda via Caí – Cervo) este é o local primeiro depois de encerrada a subida. E quem viaja dos campos para os vales esta seria a última paragem antes da jornada até as terras baixas.

É muito difícil falarmos em migrações sazonais a partir dos registros das escavações na Zona de Estudos, porém é certo que, durante o outono esta área como um todo devia chegar ao seu *rush* populacional, em virtude da colheita do pinhão e da conseqüente abundância de caça. Se em outras épocas do ano a mesma densidade demográfica era mantida, precisaremos de outras escavações preocupadas em buscar elementos que busquem essas

respostas. Os dados de que dispomos apontam para uma ocupação pouco duradoura, com os vestígios das camadas arqueológicas sugerindo períodos de um ano de uso e após isso o abandono, com conseqüente construção, ou reocupação de outra estrutura no mesmo assentamento. A impossibilidade momentânea de criar um modelo teórico mais amplo e sólido sobre tais populações nos impele a continuar pesquisando e especulando sobre estes assentamentos e todas as suas características.

Em síntese, e respondendo ao título deste artigo, estabelecemos que os sítios arqueológicos da Zona de Estudos foram construídos em local alto, com ampla visão da paisagem, buscando uma insolação matinal maior, dentro da mata de araucária e com nascente de água próxima. Os assentamentos normalmente têm poucas e pequenas estruturas de piso rebaixado, resultando em pequenas áreas ocupadas por estes. Ao que tudo indica, o contingente populacional era maior no outono, época de maior disponibilidade de alimentos. As casas foram ocupadas por curtos períodos, gerando assentamentos com séries de reocupações que se estenderam na área em questão, entre os séculos VI e XIV.

Figuras

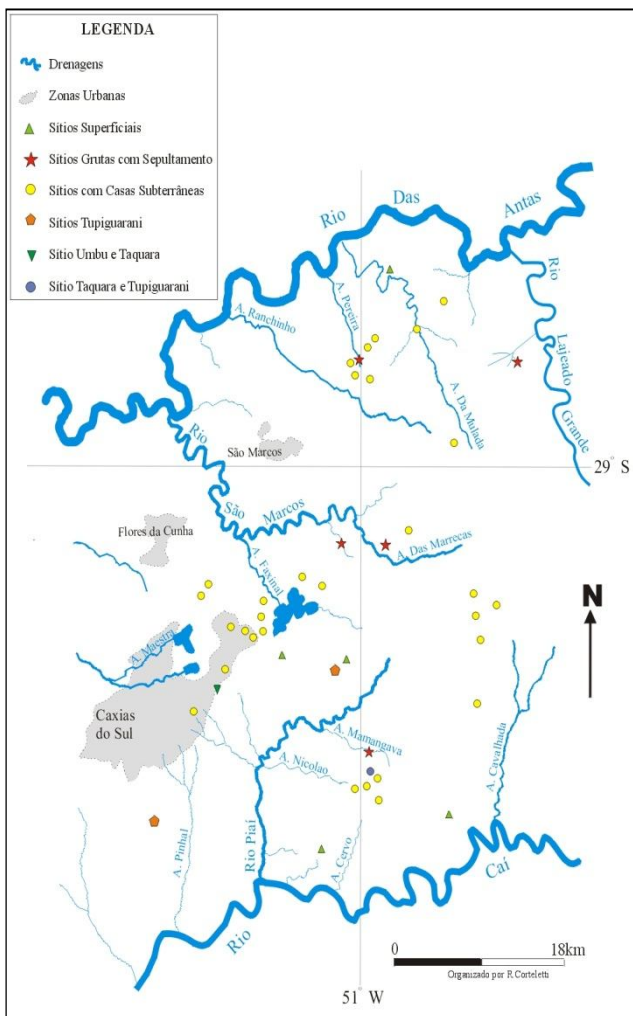


Figura 01

Mapa: Distribuição dos diferentes tipos de sítios na Zona de Estudos

Onde, como e quando? Construindo um padrão de assentamento dos Sítios arqueológicos na região de Caxias do Sul, RS

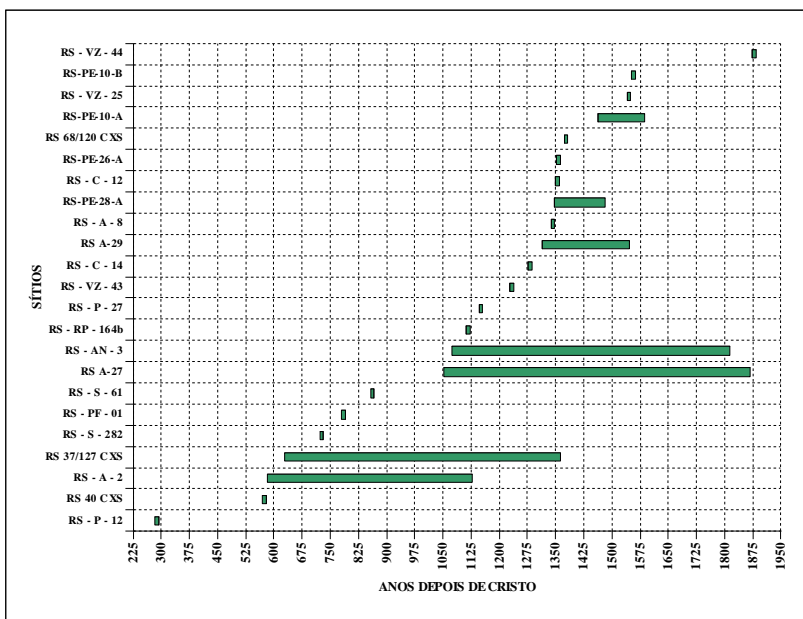


Figura 02

Gráfico: Duração da Ocupação da Tradição Taquara para o Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Foi essencial a participação de Pedro Ignácio Schmitz, Marisa Coutinho Afonso, Jairo Rogge, Marcus Vinícius Beber, Fúlvio Arnt, Philip Riris, Tatiana Sirtoli, Marivone Cechet Sirtoli, Santina Corteletti, Nilo Corteletti e Jacson Corteletti.

Bibliografia

- BEBER, Marcus Vinicius. O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: O caso da Tradição Taquara/Itararé. *Tese de Doutorado*, UNISINOS: São Leopoldo, 2004. p. 289.
- BECKER, Ítala Irene Basile. O Kaingáng Histórico e seus antepassados. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, Documentos 02*. São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 1988. p. 131-139.
- BROCHADO, José Proença, CALDERÓN, Valentin, CHMYZ, Igor, DIAS, Ondemar F., EVANS, Clifford, MARANCA, Sílvia, MEGGERS, Betty J., MILLER, Eurico T., NÁSSER, Nássaro, PEROTA, Celso, PIAZZA, Walter, RAUTH, José W. & SIMÕES, Mário. Arqueologia brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, nº. 12. Belém: MPEG, 1968. 36p.
- CABRAL, Mariana Petry. Uma introdução à ocupação caçadora-coletores no período pré-colonial na área do Vale do Rio Maquiné. *Monografia*, UFRGS: Porto Alegre, 2000. 49p.
- CAMARGO & SCHUBERT ENGENHARIA EÓLICA. Mapa da Rosa dos Ventos Anual, Freqüências x Direção. Escala 1:2.500.000. Porto Alegre, 2002.
- COPE, Sílvia Moehlecke, SALDANHA, João Darcy de Moura, CABRAL, Mariana Petry. Contribuições para a Pré-História do Planalto: Estudo da Variabilidade de Sítios Arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. *Pesquisas, Antropologia*, nº. 58. São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 2002. p.121-138.
- FICHAS DE REGISTRO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO RIO GRANDE DO SUL. FRSA. Arquivo do Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS.

- GUERRA, Antônio Teixeira, Dicionário geológico-geomorfológico. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 5ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. 446p.
- HODDER, Ian. Interpretación en Arqueología. Barcelona: Editora Crítica, 1988. 236p.
- KERN, Arno; SOUZA, José Otavio de & SEFFNER, Fernando. Arqueologia de Salvamento e a Ocupação do Vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). Veritas, vol. 35, nº. 133. Porto Alegre: PUCRS, 1989. p. 99 – 127.
- LA SALVIA, Fernando. Resumos das Pesquisas Arqueológicas no Planalto – Rio Grande do Sul. Pesquisas, Antropologia, nº. 18 - Anais do II Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. São Leopoldo: IAP – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Leopoldo, 1968. p. 101 – 113.
- LA SALVIA, Fernando. Habitação Subterrânea: uma adaptação ecológica. *In* Série Documenta, vol. 15, A Arquitetura no Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987. p.7 – 26.
- LANATA, José Luis. Evolución, espacio y adaptación en grupos cazadores-recolectores. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, nº. 3, São Paulo: MAE – USP, 1993. p. 3 – 15.
- MABILDE, Affonso P.T. O índio Kaingang no Século XIX. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 02. São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 1988. p. 141-172.
- MENTZ-RIBEIRO, Pedro Augusto. Os Sítios Arqueológicos do Vale do Rio Caí. Pesquisas, Antropologia, nº. 18 - Anais do II Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. São Leopoldo: IAP – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Leopoldo, 1968. p. 153 – 169.
- MENTZ-RIBEIRO, Pedro Augusto. Primeiras Datações pelo Método do C-14 para o Vale do Caí, RS. Revista do Cepa nº. 01. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1974. p. 16 – 22.
- MENTZ-RIBEIRO, Pedro Augusto. Casas Subterrâneas no Planalto Meridional, Município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul,

- Brasil. Revista do Cepa vol. 12, nº. 09. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1980. 52 p.
- MENTZ-RIBEIRO, Pedro Augusto & RIBEIRO, Catharina Torrano. Levantamentos Arqueológicos no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. Revista do Cepa vol. 12, nº. 14. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1985 p. 51 – 92.
- MILLER, Eurico Th. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (Rios Uruguai, Pelotas e das Antas). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Quarto Ano 1968 – 1969. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emilio Goeldi, nº. 15. Belém: MPEG, 1971. p. 37 – 70.
- REIS, José Alberione. Para uma Arqueologia dos Buracos de Bugre: do Sintetizar, do Problematizar, do Propor. Dissertação de Mestrado, PUCRS: Porto Alegre, 1997. 262 p.
- ROGGE, Jairo Henrique. Fenômenos de Fronteira: Um estudo de caso das Situações de Contato entre Portadores das Tradições Ceramistas Pré-históricas no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, UNISINOS, São Leopoldo: 2003. 253p.
- ROGGE, Jairo Henrique, SCHMITZ, Pedro Ignácio, ROSA, André Osorio, BEBER, Marcus Vinicius, MAUHS, Julian. Projeto Vacaria: processos deposicionais e pós-deposicionais em duas estruturas subterrâneas da Tradição Taquara. *In* Resumos. XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). São Paulo, 2003. p. 173.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. Algumas Datas de Carbono 14 de Casas Subterrâneas do Planalto do Rio Grande do Sul. Pesquisas, Antropologia nº. 20 – Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. São Leopoldo: IAP – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Leopoldo, 1969. p. 163-167.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 02. São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 1988. p. 75 -130.

- SCHMITZ, Pedro Ignácio. "Casas Subterrâneas" no Planalto Riograndense: O Projeto Vacaria. *In* Anais do I Colóquio sobre sítios construídos: Casas Subterrâneas. Santa Maria: Editora Pallotti, 2005. p.183-190.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. Povos Indígenas Associados à Floresta Ombrófila Mista. No prelo, 2006. 23p.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio & BECKER, Ítala Irene Basile. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, Documentos 05*. São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 1991. p. 67 -105.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio & BROCHADO, José Proenza. Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul (Brasil). *Gabinete de Arqueologia, nº 2*, Porto Alegre, UFRGS: 1972. p.118 – 146.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio & outros. Pesquisas sobre a tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 02*. São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 1988. p. 5 -74.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio & outros. O Projeto Vacaria: Casas Subterrâneas no Planalto Rio-Grandense. *Pesquisas, Antropologia, nº. 58*. São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 2002. p.11-105.
- TRIGGER, Bruce. *Historia del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editora Crítica, 1992. 476 p.

Recebido em: 27/08/2009

Aprovado em: 16/10/2009

Publicado em: 03/11/2009